
FRONTEIRA E CULTURA
POLÍTICA NACIONAL:
A REVOLUÇÃO
DE 1930 EM GOIÁS

Cristiano Alencar Arrais

Resumo: este artigo pretende identificar, a partir da análise sobre o tema da fronteira no Brasil, alguns aspectos da história política brasileira, que, articuladas a elementos que atuam plasticamente dentro da sociedade, tais como patrimonialismo, clientelismo e conservadorismo, determinaram as condições de existência e persistência, após a revolução de 1930, da estrutura política existente anteriormente. Neste caso, o exame da documentação selecionada indica que a vitória daquele movimento não pode ser tomada como fonte de renovação política, mas de golpe.

Palavras-chave: *fronteira, política, revolução de 1930*

Há na abertura de *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Junior, uma problemática que parece ter preocupado o autor durante a feitura de toda aquela obra: o passado enquanto definidor do tempo presente. Recorrendo ao estudo do período colonial, o autor veria aquele momento – todo ele sintetizado no início do século XIX – o definidor dos fundamentos de nossa nacionalidade e importante chave para se interpretar o período pelo qual passava o País de sua época.

O passado colonial não teria sido enterrado ao proclamar-se a Independência ou na realização da República. Ele ainda estaria vivo, como que dilatado dentro de uma conjuntura contemporânea. Seria um processo que, segundo o autor,

se arrasta até hoje. E ainda não chegou a seu termo. [...] O passado, aquele passado colonial que referi acima, aí ainda está, e bem salien-

te; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir. Observando-se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; que não 'tomou forma'. É verdade que em alguns setores aquela transformação já é profunda e é diante de elementos própria e positivamente novos que nos encontramos. Mas isto, apesar de tudo é excepcional. Na maior parte dos exemplos, e no conjunto, em todo o caso, atrás daquelas transformações que às vezes nos podem iludir, sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de aí achar e que não é senão aquele passado colonial (PRADO JÚNIOR, 1969, p. 11).

Cito essa passagem demasiado longa, porque ela revela, em parte, o tema de que desejo tratar neste artigo: do passado que, ao invés de obstáculo que logo será superado, como sustentam todas as perspectivas históricas vinculadas à herança iluminista, margeia nossas ações, fundamenta de muitas formas o desenvolvimento de nossa cultura política. Determina o ritmo e orienta nosso percurso, como uma força expressiva dentro da sociedade e que atua sobre ela.

Para explorar esse tema, procurarei me deter em alguns estudos sobre o fenômeno da fronteira no Brasil e depois analisar a implicação de tais estudos no processo de interpretação e análise da dinâmica política brasileira, enfatizando, principalmente, a revolução de 1930 – tanto em nível nacional quanto em sua relação sistêmica com a conjuntura do estado de Goiás naquele período. Para conseguir meu intento, norteearei meu texto a partir de algumas análises da historiografia brasileira, considerando suas particularidades e contradições e, ao mesmo tempo, apropriando-me de algumas de suas idéias-chave para – depois de ponderadas – reordená-las num todo coerente. Por esse motivo não procurei limitar um período de tempo, atentando para o caráter diacrônico da questão proposta. O núcleo deste estudo concentrar-se-á, portanto, na mesma idéia presente em Caio Prado Júnior, no trecho acima citado: elementos, estruturas passadas que persistem ao longo do processo histórico e marcam posição dentro do cenário político nacional.

Diversas são as perspectivas que abordam a temática da fronteira. Em *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, Velho (1976) percebe tais mudanças e permanências como fruto de um específico sistema de utilização e repressão da força de trabalho, analisando-as através dos conceitos de fronteira aberta, fronteira fechada e fronteira controlada. O capitalismo autoritário se configuraria como uma formação capitalista em que não pode ser

observada uma “mudança qualitativa” da sociedade, em que não se observa a dominância burguesa, estando, portanto, mais próximo organicamente do passado, mas não se esgotando nele. O traço autoritário estaria ligado à dominação institucional de um sistema de repressão da força de trabalho. A não-existência de uma burguesia forte – especialmente nos países que não experimentaram uma revolução política comandada pela burguesia – faria com que esses países acompanhassem o desenvolvimento capitalista com um relativo “atraso” em relação aos países que o lideraram. O Estado seria, então, forçado a assumir o comando de um processo de modernização e transformação da sociedade a fim de não submergir. “O capitalismo autoritário é o herdeiro direto de sistemas de repressão da força de trabalho sem nenhum corte revolucionário interveniente” (VELHO, 1976, p. 43). Caracterizaria-se ainda, em comparação com o capitalismo burguês, por uma dominação particularmente intensa da instância política. O âmbito político mantém um alto grau de autonomia em relação ao econômico e uma grande capacidade de agir sobre ele. Além disso, a base camponesa não é destruída no capitalismo autoritário, mas é mantida como uma forma subordinada de produção, e a acumulação primitiva prossegue às suas custas.

Outro ponto importante para considerações futuras é sua perspectiva de que existiu no Brasil, assim como nos países que não passaram pela experiência de uma revolução burguesa, uma complexa combinação entre elementos de ‘permanência e mudança’ que dão forma à sociedade brasileira. O caráter de permanência está profundamente ligado aos interesses agrários que mantiveram o controle sobre o Estado, sob uma fachada liberal. A mudança expressar-se-ia por meio da passagem de um controle descentralizado do Estado para uma efetiva centralização. Contudo, é preciso notar que houve mudança apenas no *locus* principal de manifestação da dominância política. Os laços muito estreitos com o passado foram mantidos através da política coronelística. As rupturas ocorreram apenas com o passado imediato, mas não com o processo que originou o passado. É o que o autor chama de colocar novos rótulos em velhas garrafas.

Em 1930, por exemplo, o capitalismo autoritário adquiriu consistência ao nível da política econômica. Legitimou-se o Estado Novo através de uma construção teórica que combinou traços contraditórios como o autoritarismo estatal e o poder privado. A continuidade com o passado foi consolidada através da acentuação dos germes do autoritarismo estatal, que sempre estiveram presentes em nossa história política e que seriam institucionalizados em 1937. Nos momentos de mudança, o autoritarismo seria entendido então como única solução, única alternativa à anarquia geral.

José de Souza Martins (1997) trata do tema a partir da perspectiva de que persiste no Brasil uma sociedade de história lenta, em que “a propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente” (MARTINS, 1997, p. 13) e em que o atraso é utilizado como instrumento de poder, não para bloquear o desenvolvimento histórico brasileiro, mas para integrá-la aos seus propósitos e reorientar as ações de caráter transformador. A fronteira apresenta-se neste caso como uma situação-limite, devido às ambigüidades que dela decorrem. É fronteira do humano em todos os sentidos, visto que assume um caráter litúrgico e sacrificial devido à degradação do outro. “Longe de ser o território do novo e da inovação, a fronteira se revela como o território da morte e o lugar de renascimento e maquiagem dos arcaísmos mais desumanizadores” (MARTINS, 1997, p. 16). Antes de ser creditado como promovedor da aprendizagem e alimentador da dinâmica social, ela age, sim, como bloqueador das mudanças sociais.

Compreendendo a questão da propriedade da terra como centro histórico de um sistema político desde muito persistente, o autor aponta a peculiaridade da sociedade brasileira, não na sua história, mas “nas determinações que fazem mediação viva do presente” (MARTINS, 1999, p. 11). A persistência de elementos, instituições, concepções e valores do passado faz o papel de mediador no presente, tornando-o lento.

Sob esta ótica, o patrimonialismo e o clientelismo podem ser compreendidos como a base e o fundamento do Estado brasileiro. Essa política patrimonial, entretanto, depende também de uma fachada moderna que permita sua sobrevivência e rearticulação ao longo do tempo. Ela não se constituiria na tradição brasileira, portanto, “em forma antagônica de poder político em relação à dominação racional-legal” (MARTINS, 1999, p. 18). Ao contrário, o nutria e o contaminaria.

Temos ainda a análise de Holanda (2000; 1995a; 1995b) que apresenta um erudito e incontestável conjunto de obras sobre o fenômeno da fronteira. Sua interpretação sobre o processo de incorporação do sertão aos quadros da Colônia Portuguesa sugere um certo tipo de aprendizado em meio à fronteira. Esse aprendizado seria explicado pela face plástica do legado ibérico em relação ao anglo-saxão (a idéia do paraíso a ser *desfrutado* em oposição à perspectiva do paraíso a ser *construído*), pela ineficaz tentativa de manutenção do controle das terras livres no interior do continente e pela imaturidade do movimento da fronteira ocorrido no Brasil a partir do século XVII, implicando uma tecnologia de certo modo primitiva para a conquista dos novos territórios às mãos dos indígenas e num ritmo mais lento e sujeito a uma dinâmica de incorporação e adaptação extrema ao ambiente

nativo. Traço importante da mentalidade portuguesa é, segundo o autor, sua radical docilidade ou passividade ante o real. Mas essa plasticidade – entendida por Wegner (2000, p. 35) como um traço exterior daquilo que Weber chama de “racionalidade de ajustamento ao mundo” – não é aplicada no sentido de criar um novo mundo nas novas terras, mas de recriar seu meio de origem, o Velho Mundo no continente americano. O caráter de aventura empregado na colonização portuguesa reforça a idéia de plasticidade por sua aclimação e ajustamento às novas condições impostas pela terra (não estando assim interessado nos processos intermediários à conquista, apenas no objetivo final como requer o caráter do aventureiro).

A relativa lentidão no processo de incorporação do Oeste pelo litoral produz conseqüências profundas naquelas populações. A liberdade e o abandono na realização da ação colonizadora exige contínua adaptação ao meio. Adaptação essa que é mais sentida nos aspectos da vida material que na vida familiar ou institucional. A dinâmica de incorporação do sertão toma, segundo suas palavras “a consistência do couro, não do ferro ou do bronze, dobrando-se, ajustando-se, amoldando-se a todas as asperezas do meio” (HOLANDA, 2000, p. 16). A conquista do Oeste brasileiro tornou o capitalismo moderno e racionalizante compatível com os valores e costumes do mundo pré-burguês presente no sertão. Ao invés do rompimento com o tradicionalismo e a cultura do ócio, a mentalidade capitalista passou por um longo processo de aprendizagem, dispensando seu caráter ascético e não promovendo uma real ruptura com o passado (WEGNER, 2000).

Se as perspectivas acima apontadas partem de lógicas diferentes, conduzindo a respostas também diversas, nem por isso, como tentarei demonstrar, elas se repelem mutuamente. Com um pouco de zelo talvez seja possível uma síntese entre elas. Me deterei mais demoradamente em um momento histórico específico – a revolução de 1930, tanto em seu âmbito nacional, quanto em suas matizes locais. Será esse exercício de junção entre o regional e uma realidade histórica mais ampla que determinará a validade interpretativa do exercício de reflexão a que me proponho.

A PROCURA DE UMA SÍNTESE: RELAÇÕES ENTRE FRONTEIRA E CULTURA POLÍTICA NACIONAL

Temos, portanto, três concepções distintas sobre o fenômeno da fronteira. Tanto no que se refere à ênfase dada por cada autor, quanto à própria sistematização de seu objeto. Primeiro, temos uma análise que privilegia o aspecto estrutural do processo de incorporação do Brasil no Capitalismo,

entendendo-o como um estudo de caso e optando por uma análise comparativa para compreender o específico. Do outro, sob forte influência do marxismo lefebvreano, temos uma análise sustentada pelo desencontro de tempos históricos não acabados e mediadores e em certo sentido condicionadores da dinâmica histórica brasileira. Por último temos uma análise de matriz culturalista que privilegia a figura do pioneiro e sua ação de conquista dos sertões como ato dinamizador da história do Brasil – o que, em muitos aspectos a distancia das outras duas análises acima.

Qualquer tentativa de união acrítica seria infértil. Ciente disso e tomando como ponto de amarração a perspectiva de José de Souza Martins, acima explorada creio ser possível matizar as maiores divergências entre os três autores, retendo os aspectos que me pareçam úteis. Partindo da percepção de que a realidade histórica não pode ser compreendida de forma coerente sem que a mesma esteja relacionada com as reflexões que ultrapassam seus limites geográficos, proponho trabalhar com o núcleo das reflexões elaboradas por Martins – a fronteira como uma situação de fricção, ignorância e morte do “outro”, mas também de mediação entre tempos diferentes – e os elementos considerados por Holanda e Velho como estruturantes da dinâmica social brasileira (patrimonialismo, clientelismo, plasticidade social, tradicionalização das transformações de caráter modernizante, autoritarismo institucional etc.) compreendo-os como um fenômeno que consegue reunir o caráter tenso e ao mesmo tempo plástico da cultura política brasileira, fruto de um conflito entre tempos diferentes (e portanto de formas de construção e incorporação de novas experiências concretas e idealmente criadas), que revelam as contradições históricas da própria trajetória política nacional. Neste sentido, a fronteira refere-se não a um local específico para sua observação – onde percebemos sua ocorrência – mas a algo que ela contém, a uma característica que é inerente e orienta sua existência ou não. O que a torna, portanto, política, muito mais que espacial.

A aproximação com a tese de Octávio Guilherme Velho, apesar de explícita, deve ser feita de forma cuidadosa. Ao contrário deste último, que tem como ponto-chave de sua interpretação a existência de “terras livres” como impulsionador da instauração de formas repressivas de exploração da mão-de-obra, é necessário considerar que o tema do autoritarismo ali presente deve ser sustentado por amplos mecanismos de mediação que não estão restritos a estas regiões, mas ao panorama nacional. Suas conseqüências afetam o conjunto das relações sociais, e não apenas aquelas derivadas de dominações de tipo pessoal. Transcende, portanto, o círculo privado e se apresenta também no próprio Estado.

Mesmo admitindo a impossibilidade de ruptura estrutural de formações políticas originadas no passado distante, havendo mudança apenas no *locus* conjuntural de manifestação dessas estruturas passadas (o que admitiria sua modernização sob certas condições), é fundamental que seja observado nesse autor sua tendência para procurar uma explicação histórica que ainda esteja envolvida em consonância com o desenvolvimento do capitalismo mundial. A consequência desse tipo de perspectiva é sua definição de Capitalismo burguês e Capitalismo autoritário, tentando explicar as particularidades do caso brasileiro através da construção híbrida de um outro modo de produção, com uma historicidade própria e com uma temporalidade articulada ao outro modo de produção. A partir dessa perspectiva o autor não enxerga que o próprio capitalismo autoritário é ele próprio burguês. Isso, em outras palavras, significa não compreender as contradições presentes no próprio processo de reprodução do capital, inerentes ao sistema: nesse sentido, suas consequências afetariam o conjunto das relações sociais, transcendendo o círculo privado e se incorporando ao próprio Estado (MARTINS, 1989).

Por outro lado, há ainda a ênfase no tipo de relação social desenvolvida no interior da fronteira. O interesse de Sérgio Buarque de Holanda em tomar como objeto de estudo o elemento colonizador europeu e seu amálgama em terras americanas pode nos ser útil aqui. Seja ao abandonar a Europa e aportar nas terras desconhecidas à procura do mítico paraíso terrestre, seja ao transferir essa “terra do leite e do mel” para o interior, localizando-a mais a oeste do litoral. A figura do indígena aparece como pano de fundo, dentro de uma necessidade básica da colonização de domesticar o sertão inculto, desenvolvendo-se com mais liberdade e abandono, mas “dobrando-se, ajustando-se, amoldando-se a todas as asperezas do meio”. As bandeiras (assim como seu desenvolvimento natural, as monções) adaptaram-se ao ambiente para capturar os indígenas, seja aprendendo sua língua, suas técnicas de penetração nas matas e de sobrevivência ao meio.

Segundo Wegner (2000), a leitura de Sérgio Buarque de Holanda sobre o movimento da fronteira no Brasil apresenta, em termos gerais, as três fases da dinâmica de fronteira, derivadas dos escritos de Frederic Jackson Turner: adaptação ao meio, rearranjo do ambiente e retomada da tradição européia sobre o fundamento do padrão indígena. O fabrico de canoas, os caminhos e técnicas para percorrer o sertão inculto, a caça etc. são exemplos disso. Escreve ele:

Se junto às paragens povoadas o europeu [...] conseguiria vencer entre nós muitas das limitações impostas pelo ambiente, ampliando com

isso a base econômica onde descansava a sociedade constituída pelos seus descendentes nestas terras, outras seriam as condições durante 'longas viagens por lugares ignorados e incultos'. Aqui, o adventício tinha de ficar quase inteiramente à 'mercê dos expedientes inventados pelo selvagem', pois o equipamento técnico trazido do Velho Mundo era muitas vezes inútil em terras que não estivessem preparadas para recebê-lo (HOLANDA, 1995b, p. 68, grifos meus).

Destaco aqui o procedimento de adaptação e incorporação dos costumes indígenas para a sobrevivência no meio. Principalmente tomando a direção do interior nas “longas viagens por lugares ignorados e incultos”. Como essa passagem, estão presentes inúmeras outras descrições referentes ao contínuo ajustamento (físico, político e social) do indivíduo ao meio. Tais considerações, entretanto, não fazem o autor interpretar a experiência de fronteira como um local de troca e reconhecimento do diferente, dos limites de sua humanidade em relação a outras vivências e formas e possibilidades de compreensão de mundo. Existe sim uma aprendizagem no sentido de adaptação. Sobretudo em relação às técnicas e às condições específicas da nova terra. Se por um lado o elemento indígena atua como principal iniciador e guia dos colonos que são “atraídos para o sertão cheio de promessas”, por outro ele é também tratado com objetivo primeiro para a ocorrência daquelas entradas.

Devido à sua ênfase no branco civilizador, o traço indígena surge apenas nos aspectos da vida material, onde esse elemento teve papel preponderante. Mas não em suas instituições e vida social familiar “em que [os europeus] procuraram reter, tanto quanto possível, seu legado ancestral” (HOLANDA, 1995b, p. 12). Incutindo em seus desbravadores uma verdadeira “educação moral”, o ambiente da fronteira tornava-se terreno fértil para as mais variadas formas de violência, não somente contra os negros da terra, mas alcançando qualquer um. O simples prestígio da coragem física não desempenhava um papel decisivo, sendo o homicídio traiçoeiro tratado com certa complacência por seus habitantes, tratando o criminoso simplesmente de refugiar-se longe do alcance da justiça.

[Qualquer] atitude relativista no convívio entre os homens, e que se traduz na frase 'meu antagonista é meu igual', escapa decididamente a sua órbita, e impera de preferência em sociedades onde pode florescer o amor esportivo ao debate e à luta; onde não existe ou não pode exprimir-se verdadeiramente o ódio, e onde se considera talvez desnecessária a supressão do inimigo (HOLANDA, 1995b, p. 121).

A questão da adaptação através da idéia de plasticidade é também fundamental. Remontando às raízes ibéricas da formação brasileira, essa plasticidade estaria vinculada, em sua origem, à ausência completa de qualquer orgulho de raça, fato este explicado pela própria mestiçagem do tipo lusitano. Aliada ao traço patrimonialista¹, a formação do Estado brasileiro incorporaria tal plasticidade através da confusão entre os domínios do público e do privado.

A cordialidade seria o reflexo dessa adaptação plástica do indivíduo ao mundo social, adotando certa “civilidade” como forma de defesa ante a mesma. “No ‘homem cordial’, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo” (HOLANDA, 1995a, p. 147). O desejo de estabelecer intimidade é recurso necessário para contornar o cerimonialismo e o afastamento tão necessários, por exemplo, no trato da coisa pública, mas expresso também tanto na vida comercial quanto nos rituais religiosos.

Mas essa plasticidade é também revelada pelo que o autor chama de “nossa revolução”: um processo de transformação social lento que até aquele momento duraria mais de três quartos de século. A passagem de uma cultura de raízes tipicamente ibéricas e agrárias para outra, urbana (e cujos princípios estariam relacionados aos preceitos da sociedade civil) ocorreriam através de dois movimentos simultâneos: a dilatação das comunidades urbanas e a restrição da influência dos centros rurais, transformados em simples fontes abastecedoras. O problema, entretanto, é que a tendência patrimonialista persistia, mesmo após a queda da monarquia – regime político que lhe dava sustento (HOLANDA, 1995a, p. 176).

A dissolução dos fundamentos personalistas que ainda persistiam na vida social republicana estaria assim se processando lentamente. Por enquanto, “estaríamos vivendo assim entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que luta por vir à luz”. A essa sentença o autor ainda adverte contra o soerguimento e ação de “adeptos do passado” que poderiam ser traduzidos em formas de expressão social “capazes de restringir e comprometer as esperanças de qualquer transformação social profunda” (HOLANDA, 1995a, p. 180-2).

Conformando-se plasticamente ao presente, o passado (e mais especificamente o regime político de vínculos patriarcais, personalistas, oligárquicos e autoritários) julgado estar a deteriorar-se através da sociedade democrática e liberal ainda persistia com força suficiente para agir no presente. Tese iluminada a de Holanda, quando inserida num livro publicado pela primeira vez em 1936 – um ano antes do golpe que faria Vargas ganhar poderes ditatoriais com a implantação do Estado Novo.

A REVOLUÇÃO DE 1930

Analisada através da noção de fronteira que venho explorando ao longo das páginas precedentes, a revolução de 1930 revela uma estreita combinação entre elementos que expressam mudanças (não no sentido de revelar as contradições existentes dentro de sua estrutura, visto que as mesmas são atenuadas em função da assunção do Estado na direção do desenvolvimento da estrutura econômica nacional) e permanências (que está profundamente ligado aos interesses agrários que mantiveram o controle sobre o Estado, sob uma fachada liberal), marcando a passagem de um controle descentralizado do Estado para uma efetiva centralização em 1930. É preciso notar, entretanto, que houve mudança apenas no *locus* principal de manifestação da dominância política. As rupturas ocorreram apenas com a conjuntura imediata, não com seus fundamentos últimos.

A ruptura do pacto oligárquico, nas eleições de 1929 foi, sim, uma precipitação por parte de paulistas, em relação à divisão de poderes entre os estados de maior representação. O processo de “degola” dos deputados oposicionistas eleitos para a Câmara Federal, principalmente por Minas Gerais, foi apenas uma das medidas tomadas por São Paulo no sentido de tomar para si as rédeas dos destinos do País ao mesmo tempo em que tirava os mineiros do cenário de repartição de poderes entre os estados. Nesse sentido, como conclui Viscardi (2001), é a ruptura do pacto oligárquico-estadual realizada por São Paulo, através da eleição de Júlio Prestes que leva à revolução de 1930. Este movimento surge, portanto como uma tentativa de “resgatar os princípios do velho pacto”, abandonados por paulistas. Ao mesmo tempo, o Rio Grande do Sul fora poupado da intervenção federal, reafirmando o compromisso de não-intervenção, feito secretamente entre Vargas e Washington Luiz, antes das eleições, confirmando, inclusive, em junho de 1930, o reconhecimento formal dos resultados do pleito eleitoral.

Defensor de uma ordem rompida em 1929, a revolução pode muito bem ser encarada como um movimento de renovação do pacto oligárquico. Longe de ser o restaurador da autoridade nacional contra o privatismo e o localismo das décadas anteriores a 1930, o governo Vargas aparece como um mediador da relação entre o poder privado e o poder público. Sua composição demonstra a aliança entre interesses regionais pela divisão do poder central, a emergência de novos grupos políticos identificados com os interesses das classes médias urbanas e da crescente articulação dos grupos militares (jovens e velhos oficiais), sob o nome de “Aliança Liberal”, que apenas afirmou a manutenção dos laços com o projeto político conservador de outrora².

Evidente que a revolução de 1930 possui um nítido caráter modernizante em termos de dinamização da estrutura institucional e econômica do País. Entretanto, no seio da esfera política, essa modernização se processou mais no nível do discurso de ruptura com o passado imediato. Em primeiro lugar porque em nenhum momento, ao longo dos 15 anos do governo Vargas, preocupou-se com a questão da modernização das relações sociais de trabalho no campo. Suas leis trabalhistas estavam direcionadas apenas para os setores sociais urbanos, dentro de um País cuja concentração demográfica estava ligada ao campo e às pequenas cidades. Nesse sentido, trabalhou para a manutenção do clientelismo político, através de uma espécie de pacto com as oligarquias regionais (antigas e novas) que lhe garantiu a relativa estabilidade de seu primeiro governo e lançou as bases para seu retorno anos depois. Mesmo quanto à classe operária urbana, o ministro do Trabalho, Lindolfo Collor declararia em 1931 que ou os trabalhadores aceitavam a ação do seu ministério no sentido da reorganização sindical, incorporado ao círculo de influência estatal, “que traz uma mentalidade nova, de corporação, ou se consideram dentro de uma questão de polícia, no sentido do antigo governo. Ou abandonam a mentalidade bolchevista e subversiva, ou se integram no corpo social a que pertencem...” (LENHARO, 1986), numa clara manifestação da ação de um Estado autoritário e conservador. Além disso, a ideologia modernizadora do movimento de 1930 estava direcionada para a colocação da figura do Estado como sujeito histórico, condutor dos destinos da nação. Nação e Estado, aliás, que ao longo do governo de Vargas, seriam fundidas na figura de seu líder.

Com a implantação do Estado Novo, a influência desses grupos privados se faria exercer pelos canais de acesso às instâncias decisórias inferiores, representados por diferentes órgãos situados nos escalões intermediários. As articulações e alianças com segmentos do setor privado em busca de apoio, de legitimidade para o reforço, no interior da burocracia governamental, quer de posições individuais quer organizacionais, fundamentariam certa autonomia do aparelho estatal no final da década de 1930 (DINIZ, 1997), e a institucionalização do regime autoritário.

Assumindo o controle do processo de modernização do País, o Estado Novo eliminaria assim a necessidade de uma “mudança qualitativa” da sociedade através da incorporação dos grupos urbanos (operariado, classe média etc.) ao seu círculo de influência e do aliciamento da burguesia industrial. Quanto ao campesinato, sua subordinação seria mantida através da reprodução das formas de repressão e dominação no campo junto às relações de compadrio, meação, parceria etc. O controle das tensões no campo

tentaria ser resolvido a partir da ocupação de novas terras no interior do País através do incentivo governamental. Sua sistematização ideológica se basearia na idéia da Marcha para o Oeste.

Efetivamente, esse movimento traduziu-se na implantação de colônias agrícolas sob o controle do Estado em todo o território brasileiro tendo em vista o ideal de ocupação efetiva do território em direção da Amazônia e a descoberta do verdadeiro sentido da “brasilidade”. A migração interna provocada pela abertura dessas novas fronteiras – áreas “vazias”, sob a influência de grandes proprietários – teve como conseqüência a diminuição das tensões nas cidades do litoral, que eram provocadas pela excessiva força-de-trabalho não utilizada naqueles locais. Diminuída as tensões, pôde o governo consolidar sua gestão autoritária e alicerçar suas bases na cidade através do populismo, canalizando o que poderia tornar-se uma ameaça potencial em instrumento contra as tendências de direita e de esquerda.

Essa mesma plasticidade e persistência da estrutura política brasileira serve de modelo explicativo para a revolução de 1930 em Goiás. Esta teria um caráter mais de ruptura com a conjuntura política estadual do que um real aspecto de transformação estrutural da sociedade. Por um lado, o movimento que atingiu o estado na década de 1930 apresentou dois momentos específicos: o primeiro, de confiança no governo de Washington Luis, no sentido de coibir o poder da oligarquia dos caiados (o que revelaria portanto, a inexistência de qualquer outro componente senão o regional na luta da oposição no estado).

Para a nossa felicidade, parece Washington Luiz subiu a curul presidencial com a idéia pré-concebida de aparar as garras rapaces dessa águia negra que é a olygarchia Caiado. E s. ex. não hesitou mesmo no começo de seu governo em mandar aqui forças do exército para mostrar ao sr. Caiado como, por dá cá aquela palha esphacelará com um piparote todo o seu [montorro] de iniquidades e de arbitrariedades clamorosas erguido criminosamente à sombra dessa tyrania (VOZ DO POVO, 04.11.1928).

Depois, de ruptura com o governo federal quando da eleição de 1929, visto que o mesmo recebia apoio direto das forças políticas caiadistas. A adesão das oposições regionais à Aliança Liberal surge, nesse sentido, como uma forma de preservar a dicotomia em relação à estrutura de mando regional. “Parte-se da bandeira anti-caiadista para a bandeira da Aliança Liberal” (MACHADO, 1990, p. 119-20). Nesse sentido, a revolução de 1930 em Goiás tornar-se-ia uma simples importação do processo desencadeado em

nível nacional. Sem ideologia determinada, sem objetivos traçados, com poucos e modestos núcleos de oposição no território goiano (Rio Verde, Inhumas, Anápolis e Cidade de Goiás) essa oposição poderia ser caracterizada como uma expressão de personalidades descontentes com sua posição dentro do quadro político estadual. É desse inexpressivo quadro que trata o *Jornal de Catalão*, em 1º. de setembro de 1929:

Por ahí vê o meu amigo o que, no governo passado se realizou em Goyaz, muito embora um pequeno grupo de descontentes tenha tentado fazer uma opposição insignificante, que em absoluto não obstruiu a marcha da administração apoiada em tudo pelas maiorias. Aliás, esse reduzido número de oposicionistas, chefiado pelo dr. Pedro Ludovico se insurgiu contra o sr. Caiado quando aquele cavalleiro perdeu a cadeira de deputado federal.

A revista *A Informação Goyana* também procura identificar esse foco de oposição que se forma dentro do estado. A referência principal está no nome de Pedro Ludovico Teixeira e sua campanha contra a administração de Brasil Caiado.

Acabamos de saber na Sociedade Nacional de Agricultura que um médico Goyano alli levára que para se entrar em Goyaz duas são as condições impostas pelo momento actual: matar pelo menos três homens, para assim se tornar temido e, outra andar acompanhado de meia dúzia de jagunços recrutados entre os assassinos mais famigerados.

Isto é mentira!

Ora, levando em consideração semelhantes mentiras tendenciosas trazidas diariamente a certa imprensa pelos próprios goyanos, qual o estrangeiro, qual capitalista, qual o fazendeiro de café de S. Paulo ou Minas Geraes, qual o estancieiro riograndense que se anima a investir seus capitales em aquisições de minas de ouro ou jazidas de pedras preciosas, finalmente, em compras de terras em Goyaz? [...] de resto, essa campanha nefasta, de lesa-patrimônio, insensata nos seus processos e fins, é de mais (A INFORMAÇÃO GOYANA, 1928, p. 36).

O quadro pós-30 revelaria o outro lado dessa plasticidade política: a união de antigos elementos de velhas e novas oligarquias (“coronel” Carvalhinho, “coronel” Sampaio, “coronel” Antônio Martins Borges, “coronel” Sebastião Clementino de Faria etc.) – alguns provenientes das antigas

fileiras do Partido Democrata, de orientação caiadista. Apesar de o discurso do pós-30 estar sempre ligado ao progresso, à modernização, ao fim do atraso, muito pouco conseguiu ser realizado nos primeiros anos de gestão do interventor Pedro Ludovico Teixeira (PALACIN, 1986).

É preciso ressaltar ainda que o que se viu em Goiás, após a revolução de 1930, não foi também uma regionalização do plano de governo de Getúlio Vargas – já manifestadamente apoiado pelos mesmos políticos originários da economia cafeeira, como demonstraria depois sua agressiva política de proteção àquele produto – mas sim uma adequação destes com as ainda presentes forças “conservadoras” das oligarquias estaduais.

A grande força renovadora da revolução de 30 parecia não querer grandes transformações. Talvez algumas mudanças menos drásticas. Tal fato pode ser muito bem percebido no seguimento do movimento revolucionário. Ao menos no plano regional, poucos nomes de peso foram acusados e apontados como culpados de qualquer crime anterior apesar das diversas denúncias surgidas³. Perspectiva contraditória para uma revolução interpretada como elemento modernizador das estruturas políticas regionais, situação essa já percebida pelos perdedores da revolução.

Em Goyaz não podia haver grandes transformações porque a Revolução, de fato, não chegou até nós. Aqui houve apenas uma inovação de homens. O castão da bengala foi virado para baixo. Nada mais. Isso mesmo entretanto não se daria sem a intervenção do sr. Pinheiro Carlos Chagas, segundo voz do povo.

Quando já em todo o paiz a Revolução plantára a flammula da Victória os revolucionários de Goyaz se preparavam com foguetes e musica para depor governo estadual. Um recado enérgico a elles transmitido arrefeceu-lhes porém o ânimo guerreiro. Encostaram-se os foguetes e os instrumentos da charanga até que os mineiros nos vieram libertar (A COLLIGAÇÃO, 04.10.1934).

Quanto às práticas políticas, a nova oposição surgia agora com as mesmas queixas que sempre eram feitas ao governo anterior a 1930:

Nós estamos em regime constitucional apenas no papel; o Executivo não respeita e nem procura cumprir a Constituição, em pleno vigor, e até mesmo as garantias individuais já começam, pela visinhança dos pleitos municipais, a sofrer suas restrições, como são exemplos os graves acontecimentos de Corumbaíba (A COLLIGAÇÃO, 29.09.1935)⁴.

A grande força renovadora da revolução de 30 parecia não querer grandes mudanças. Talvez algumas transformações menos drásticas. A passagem de Totó Caiado pela cidade de Uberlândia, acompanhado de um destacamento militar, poderia dar a impressão de que aquele chefe político derrotado estaria sendo levado a julgamento e pagaria por seus crimes.

Passou, hoje, às 10 horas, pela estação Mogyana nesta cidade o comboio que conduz o sr. Antônio Ramos Caiado, ex-cacique mor da finada politicalha goyana, até a Capital da República. O despota destrhonado vinha em carro fechado, sob a guarda de várias praças do exército, e por essa razão os innumerados curiosos que afluíram a estação, desejosos de ver a physionomia que aparentava o 'tútú' ficaram privados desse espetáculo (DIÁRIO DA REVOLUÇÃO, 28.11.1930).

A realidade, entretanto seria bastante outra. Apesar de abertos inquéritos policiais para investigar as denúncias contra sua pessoa e a de seus correligionários mais próximos (irmãos, primos etc.) Totó continuou fazendo parte da vida política estadual sem ser importunado – mesmo que relegado a condição de oposição ao novo regime implantado em 1930. Poderíamos identificar aqui, um estatuto de legalidade nesse fato: o governo revolucionário primou pela neutralidade jurídica, optando por deixar que o Judiciário assumisse o encargo pela punição justa e necessária aos autores das desordens, vícios e corrupções no estado, anterior a 1930. Ao não executar vinganças políticas, nem prender sumariamente antigos desafetos, tanto em plano nacional quanto regional, o governo dava mostra de um regime de racionalidade que passaria a vigorar a partir de então.

A contradição, entretanto, mostrar-se-ia no leque de acusações feitas antes de a oposição (nacional e local) chegar ao poder. Nesse sentido, elas seriam falsas. Portanto, por um lado, enganaram seus leitores construindo uma imagem depreciativa do governo deposto – tática bastante comum a grupos políticos que não se apresentam vinculados a uma efetiva plataforma de atuação dentro do estado. Por outro, legitimaram qualquer forma de contestação da mudança de poder ocorrida com o movimento de 1930, tal como ocorreu em São Paulo, dois anos depois. Afinal, não haveria qualquer motivo para a sua realização a não ser o puro interesse de determinados grupos políticos que não viram contemplados seus interesses ou não conseguiram ascender ao poder dentro dos quadros estaduais,

via eleições. A revolução de 1930 tornar-se-ia, portanto, não uma revolução, mas uma forma golpista de tomada do poder e, nesse sentido, carente de qualquer legitimidade e, ao mesmo tempo, carente de qualquer projeto de transformação da estrutura política nacional.

Notas

- ¹ O patrimonialismo constituiu-se em uma derivação da concepção patriarcal de autoridade, em que um dos fundamentos básicos e uma determinada sacralidade no exercício da função pública, além da ruptura da articulação hierárquica da sociedade pelo critério do privilégio e pela impossibilidade de criação de um novo direito frente às normas estabelecidas de uma tradição. Tal conceituação deve ser entretanto, mediada por uma análise pontual do caso brasileiro visto sua especificidade em relação à formação social da qual é devedora. Cf. Weber (1967, p. 708).
- ² Tanto no plano nacional quanto local não encontraremos muitas diferenças de objetivos nos “programas de gestão” dos grupos em disputa. Apesar de a Aliança Liberal surgir de um acordo entre os estados que não tinham seus interesses vinculados ao café, mesmo assim encontra-se em seu seio a mesma regionalização de forças que se expressava no grupo situacionista. Suas propostas de reforma política agiram de certo modo como um instrumento de pressão à candidatura de Júlio Prestes, ao defender a representação popular através do voto secreto, atacar a política de valorização do café, mas ao mesmo tempo defender a política financeira de Washington Luis (lembremo-nos que Getúlio Vargas havia sido seu ministro). Cf.: Fausto *apud* Mota (1977, p. 232-8).
- ³ “Verifica-se destes autos, em que foram ouvidas as testemunhas [...] que o senhor dr. Lincon Caiado de Castro, médico, residente nesta capital utilizou-se várias vezes, nos seus serviços particulares [...] de caminhões, automóveis e *chauffeurs* do Estado, e que idêntico procedimento tiveram os ex-senadores Antônio Ramos Caiado e Miguel da Rocha Lima”. “Verifica-se deste inquérito que, nos primeiros dias do mês de Janeiro de mil novecentos e vinte e oito, o ex-tenente João da Costa Oliveira Neto recebera ordem directa do então presidente do Estado, dr. Brasil Ramos Caiado, para que se dirigisse com uma escolta de doze praças à fazenda Boa Fama, município de Itaberahy, e lá prendesse seu proprietário José Mendonça e arrebanhasse os animais existentes, conduzindo-os devidamente escoltado com os devidos animais a esta Capital, o que foi feito sem nenhuma formalidade [...] O ex-tenente João da Costa, aproveitando-se da ordem que lhe fora dada pelo então presidente invadiu invernadas de outros fazendeiros [] animais dos mesmos, cortando caudas e crinas para justificar ao público serem os mesmos deixados pelos revoltosos, escolhendo os mais perfeitos para com ele obsequiar o então presidente dr. Brasil Ramos Caiado [...]”. Cf. *Correio Oficial*, 10.01.1931, e também Palacin (1986, p. 81-86).
- ⁴ Em carta enviada ao Ministro da Justiça Domingos Vellasco, antigo aliado de Ludovico, descreve o clima de “terror” que impera na região. Há que se perceber dois dados interessantes: primeiro é a semelhança na descrição das violências sofridas pela oposição – de agora e do período anterior a 1930. Depois é o tom de alerta contra uma possível resposta armada que poderia ser utilizada pela oposição ao governo de Ludovico. “Em Catalão, após o espancamento bárbaro do diretor do Diário de Notícias de Ribeirão Preto, foram agredidas mais três pessoas entre as quais nossos eleitores Abílio José Pires e Virmondes Campos, quando conduziam papéis eleitorais [...] Ainda em Catalão vários companheiros foram ameaçados de espancamento e morte [...] Em Ipameri, anteontem, foram presos arbitrariamente dois companheiros quando requeriam sua qualificação sendo soltos ontem mediante habeas corpus concedido após grandes obstáculos. [...] *Antes que meus amigos vejam-se obrigados em legitima defesa reagir energicamente, venho apelar para o esclarecido espírito e alto patriotismo de V. Excia no sentido de tomar imediatas e enérgicas providências contra essas arbitrariedades jamais presenciadas na história política de Goiaz*” (A COLLIGAÇÃO, 25.08.1934, os grifos são meus).

Referências

- A COLLIGAÇÃO, Goiás, 1935.
- A INFORMAÇÃO GOYANA, Rio de Janeiro, 1928.
- CORREIO OFICIAL, Goiás, 1931.
- DIÁRIO DA REVOLUÇÃO, Uberlândia, 28.11.1930.
- DINIZ, E. O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classes. In.: FAUSTO, B. (Dir.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1997. Tomo III.
- FAUSTO, B. A revolução de 1930. In: MOTA, C. G. *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- HOLANDA, S. B. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995a.
- HOLANDA, S. B. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995b.
- JORNAL DE CATALÃO, Catalão, 01 set.1929.
- LENHARO, A. *A sacralização da política*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1986.
- MACHADO, M. C. T. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: Ed. da UFG, 1990.
- MARTINS, J. S. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Huicitec, 1989.
- MARTINS, J. S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Huicitec, 1997.
- MARTINS, J. S. *O poder do atraso*. São Paulo: Huicitec, 1999.
- PALACIN, L. *Quatro tempos de ideologia em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1986.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- VELHO, O. G. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976.
- VISCARDI, C. M. R. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.
- VOZ DO POVO. Goiás, 04 nov. 1928.
- WEBER, M. *Economia e sociedade*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1967.
- WEGNER, R. *A conquista do Oeste: a fronteira em Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000.

Abstract: this article pretends identify, from the analysis of the frontier theme in Brazil, any aspects of Brazilians politics history, as articulate at elements operates of 'plastic form' inside society as patrimonyalism, patronage and conservatism, determined the conditions of existence and persistence after 1930 revolution from politics structure before. In this case, the analisis of

the selected documentation indicates that the victory of that movement cannot be taken as source of political renewal, but blow.

Key words: *frontier, politic, 1930 revolution*

CRISTIANO ALENCAR ARRAIS

Doutorando em História na Universidade Federal de Minas Gerais. Professor na Universidade Estadual de Goiás. *E-mail:* alencar.arrais@bol.com.br